



GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA
E DE POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA

GAEPP

OBSERVATÓRIO
**SOCIAL E DO
TRABALHO**

Ano: 09 (2022) N. 01

Cadernos de Pesquisa

**DOS ELEMENTOS PARA ENTENDER A ECONOMIA
MARANHENSE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**
premissas para investigar a gênese do Programa de
Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF – MA).

Heric Santos Hossoé.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	ELEMENTOS PARA ENTENDER A ECONOMIA MARANHENSE	5
3	CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	10
4	PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
4.1	Equilíbrio econômico	18
4.2	Responsabilidade social	22
4.3	Proteção ambiental	28
5	CRÍTICA À ADOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de esclarecer que esse Caderno de Pesquisa foi elaborado especialmente para essa importante atividade desenvolvida pelo GAEPP, e é o resultado da experiência que tive em minha formação acadêmica, no caso tanto na dissertação, como na tese de mestrado e doutorado. E para que seja possível entender a minha pesquisa, faz-se necessário voltar ao início da mesma. Tinha acabado de me formar em economia, estava trabalhando em uma empresa privada que prestava serviços para grandes empresas do Estado do Maranhão, no caso as mantenedoras do PDF-MA.

Nessa época, ficava pensando na economia maranhense e me perguntando, se tínhamos tantas potencialidades, desde terra, clima, litoral, bacias hidrográficas e uma grande população, além de um crescimento econômico robusto, porque ainda tínhamos um povo pobre, ou seja, porque toda a riqueza gerada em nosso Estado não se refletia em melhoria da qualidade de vida e dos indicadores de desenvolvimento, tais como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini e etc. A miséria do nosso povo era e é muito grande.

Justamente por ter essa curiosidade e também realizar um trabalho que envolvia o tema, comecei a refletir, pensando que para esse crescimento se tornar desenvolvimento socioeconômico, essas grandes empresas (players de mercado), deveriam comprar do mercado local, integrando as cadeias produtivas. Além disso, deveríamos também ter uma verticalização, ou seja, adensamento dessas cadeias produtivas, pois isso teria reflexos diretos em emprego e renda, portanto, na melhoria de qualidade de vida da população local.

Foi quando emergiu uma grande oportunidade de investigar as minhas inquietações, pois a empresa em que trabalhava, tinha sido convidada para participar do PROCEM, que era o Programa de Certificação de Empresas do PDF-MA, uma política pública que tinha a finalidade justamente de pretensamente integrar as

¹ Economista, com mestrado e doutorado em Políticas Públicas (UFMA), trabalha como Docente no Departamento de Economia (DECON) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ministrando as disciplinas Economia Internacional I e II, é também membro do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP) e atualmente está como Conselheiro Federal Efetivo do Conselho Federal de Economia, tendo como contato o seguinte e-mail: heric.hossoe@ufma.br.

cadeias produtivas já existentes.

Para explicar de forma bem sintética o que seria o PDF-MA, define-se como uma política pública, que foi proposta pela Vale e Alumina e que já estava funcionando no Estado do Espírito Santo, sendo que essa política basicamente pretendia estimular as empresas locais a se capacitarem e se tornarem competitivas, para que elas pudessem ser fornecedoras das grandes empresas do Estado do Maranhão. Dessa forma, em vez das empresas mantenedoras comprarem de outros estados ou países, elas passariam a comprar das empresas locais e isso supostamente aumentaria a circulação de dinheiro e investimento no Estado, aumentando a contratação, ou seja, gerando empregos, principalmente os de melhor qualidade, gerando também maior renda, tendo assim um efeito multiplicador, que potencialmente refletiria em melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

Esse tema então me intrigou, pois pretensamente poderia ser uma das iniciativas para começar a mudar a realidade socioeconômica do nosso estado. Acontece que de imediato me surgiram muitas perguntas e questionamentos, tais como: será que esse programa está sendo efetivo? Ele tem aumentado de forma significativa o volume de negócio entre as mantenedoras e fornecedoras? Tem aumentado emprego e renda decorrente dessa política pública? Quais as externalidades positivas ou negativas ele pode estar trazendo? Em síntese qual o seu impacto na vida das pessoas?

Enfim, já tinha ali o germe da curiosidade que move um pesquisador, e que instiga a partir desses questionamentos a formular uma proposta para podermos realizar uma pesquisa acadêmica, dessa forma, na minha dissertação trabalhei a formulação e a implementação do PDF-MA e na minha tese trabalhei o impacto ou resultado dessa política pública, tendo assim um panorama geral dessa importante política pública, que hoje já dura mais de 25 anos e que para o bem ou para o mal tem gerado transformações em nossa sociedade, como pude observar nos trabalhos desenvolvidos.

Vale salientar que para realizar esta pesquisa, precisei me dedicar a dois elementos muito importantes, entender a história, o contexto e as características da economia maranhense, pois era nesse recorte espacial que se encontrava o meu objeto de pesquisa o PDF-MA, e, seria impossível compreender ele, sem entender as nuances em que ele estava inserido, em suas múltiplas dimensões. Além disso, tinha uma categoria, muito relevante que era o desenvolvimento sustentável, que era

premissa do PDF-MA e que precisava ser enfrentada se buscasse a essência do fenômeno.

Sendo assim, para esse Caderno de Pesquisa, trouxe o tema: “Dos elementos para entender a economia maranhense ao desenvolvimento sustentável: premissas para investigar a gênese do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF)”, pois faço um recorte da minha pesquisa, para dar ênfase a esses pontos de pesquisa, sem os quais não seria possível entender o problema e muito menos chegar às conclusões que teve o trabalho de pesquisa desenvolvido.

2 ELEMENTOS PARA ENTENDER A ECONOMIA MARANHENSE

Se a lógica no mundo é uma profunda transformação, na economia e nas relações sociais, a partir da década de 1970, percebe-se, claramente, que esse movimento se instala no Brasil por volta da década de 1990², indicando que, mesmo de forma retardatária, tais preceitos ganham forma e se materializam através das políticas públicas propostas a partir desse período (HOSSOÉ, 2018).

Em âmbito local, torna-se perceptível que no Estado do Maranhão não seria diferente, até porque, embora o capitalismo e a dinâmica social sejam combinados e desiguais em sua essência, em algum momento, há de chegar os desdobramentos desses movimentos mais gerais do capital no âmbito local (HOSSOÉ, 2018).

Vale destacar que o Estado do Maranhão nunca teve uma política de industrialização e adensamento das cadeias produtivas, principalmente voltadas para o mercado interno. Muito pelo contrário, a nossa lógica econômica está bastante atrelada ao mercado internacional, ao rápido crescimento, a um modelo de crescimento denominado de “Economia de Enclave” (HOSSOÉ, 2018).

Não obstante ao modelo adotado, é importante perceber, conforme preceitua Pessoa e Martins (1996), o potencial de crescimento extraordinário da nossa economia, como ele demonstra no trecho abaixo:

Nos últimos vinte anos, a Economia maranhense vem experimentando modificações significativas em sua base econômico-produtiva, o que lhe tem resultado numa dinâmica econômica substantivamente diferenciada da

² Não é que a história tenha um caráter cronológico e etapista, mas as coincidências de períodos, nos diversos espaços (Mundo, Brasil e Maranhão), não são uma mera coincidência, na verdade esse fenômeno acontece, porque uma nova corrente dominante na economia toma forma, o neoliberalismo (HOSSOÉ, 2018, p. 51).

verificada para os demais Estados da região. O desempenho da Economia maranhense no período 1970/90, se avaliado pelo critério da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), pode ser considerado bastante satisfatório. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão foi o que apresentou a maior taxa anual de crescimento do PIB (8,88% a.a.), seguido dos Estados do Rio Grande do Norte e Piauí [...]. Ressalte-se ainda o maior dinamismo da Economia maranhense no período de crise dos anos oitenta, quando cresce a um ritmo consideravelmente mais intenso que o verificado para as demais economias da região Nordeste (PESSOA; MARTINS, 1996, p. 3).

Observa-se que o Maranhão possui grande dinamismo, no entanto, cabe explicar algumas características do estado em que se desenvolve a política pública em foco, com a finalidade de se ter uma dimensão real da economia maranhense, que deu suporte ao desenvolvimento do PDF-MA (HOSSOÉ, 2018).

Nesse sentido, Paula e Holanda (2011) começam a traçar as linhas gerais do processo histórico da formação da economia maranhense pela divisão elaborada por Arcangeli (1987, p. 92-106), que propõe quatro fases distintas para a economia maranhense, sendo elas: “a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) ‘involução’ econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho”. É importante destacar que a história não é feita por etapas, no entanto, didaticamente se separam os períodos, para que possa ficar mais fácil e simples a compreensão de suas principais características (HOSSOÉ, 2018).

Para o estudo, torna-se oportuno focar na última divisão, que trata da inserção maranhense na divisão nacional do trabalho (HOSSOÉ, 2018). De forma mais precisa, a partir da segunda metade da década de 1970, pois como ensina Holanda (2009) é nesse período que começa a fase dos grandes projetos, que irão sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado.

Sobre esse ponto de partida vale a pena verificar as afirmações de Holanda (2009), quando o mesmo indaga que:

A partir da segunda metade da década de 1970 começa no Maranhão a fase dos grandes projetos, que irão sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do estado. Os grandes projetos foram desenhados a partir do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento – Governo Geisel, 1974-1978), sob a bandeira do Projeto Grande Carajás, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na Ilha do Maranhão, o aproveitamento da estrada de ferro existente e a instalação da Alumar (consórcio multinacional voltado à produção e exportação de alumínio em lingotes), além da expansão, com incentivos e subsídios federais e estaduais de projetos agroindustriais tais como eucalipto e bambu para celulose, pecuária bovina, cana de açúcar e álcool (HOLANDA, 2009, p. 12).

Cabe ressaltar que todos os projetos citados foram impulsionados por obras de infraestrutura, com um grande aporte de investimentos governamentais, tendo como exemplo um trecho da obra de Paula e Holanda (2011, p. 7) que retratam:

A construção de rodovias, em especial a BR-135 que associada a BR-316 interliga São Luís ao Nordeste, e Linhas de Transmissão de energia elétrica - “Linhão” Tucuruí (PA) - São Luís (MA), dentre outras, determinando a expansão da atividade portuário-industrial e das outras indústrias ali instaladas.

A partir do início da década de 1980, ocorre a instalação de guserias no Maranhão e no Pará, que segundo Paula e Holanda (2011), levaram também à expansão da atividade de desmatamento voltado à produção de carvão, que impactou de forma significativa as regiões, central e leste, do Estado.

Em um período mais recente, ganha relevância a diminuição da oferta de madeira proveniente de matas nativas do Pará e Maranhão, e as crescentes restrições interpostas pela legislação ambiental estão trazendo investimentos no estado com vistas à produção de carvão a partir de reflorestamento de eucalipto (HOSSOÉ, 2018).

Tendo observado as considerações anteriores sobre a economia maranhense, Paula e Holanda (2011) chegam ao panorama da situação econômica das décadas de 1970 e 1980. Para eles ao final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica se delineava, com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no sul do Estado, a partir da região de Balsas, e no final da década de 1980, teve um novo avanço de um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada, agora na região leste do estado.

Paula e Holanda (2011) relatam, ainda, que a dinâmica econômica do Maranhão passa a ser determinada pela chegada dos chamados grandes projetos mineiro-metalúrgicos³; com destaque para a ALUMAR – indústria de base operando

³ Segundo o artigo de Policarpo Lima, intitulado “Economia do Nordeste: Tendências recentes das áreas dinâmicas” publicado na Revista Análise Econômica, ano 12, março a setembro 1994, N° 21 e 22, ele nos explica na página 69 que: “Algumas implicações desses projetos na estrutura produtiva do Maranhão, ao longo dos anos 80, podem ser evidenciadas o PIB total do Estado, por exemplo, aumentou de US\$ 2.059,2 milhões em 1980 para US\$ 3.045,7 milhões em 1987, tendo o produto da indústria ampliado sua participação no total de 14,3% para 20,8% (Dados do Governo do Estado do Maranhão) [...] Como já comentamos, a CVRD tem tido uma participação das maiores nessas mudanças. Seus dispêndios no Projeto Ferro Carajás (PFC) situam-se em US\$ 2,9 bilhões, sendo destes 14% investidos nas instalações do porto de Ponta da Madeira, 20% nas minas, 10% na

no beneficiamento da bauxita oriunda do Pará, produzindo alumina e alumínio; e Projeto Grande Carajás envolvendo três estados: Pará, Maranhão e Tocantins – extração de minérios, principalmente de ferro da Serra dos Carajás (PA), sendo transportadas por trem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís, para exportação. Entende-se, então, que os produtos do complexo minero-metalúrgico e a soja constituem, então, os responsáveis pela reinserção do Maranhão no mercado externo (HOSSOÉ, 2018).

Vistas essas primeiras impressões sobre o desenvolvimento socioeconômico, cumpre destacar algumas características essenciais do estado do Maranhão, para que seja possível uma associação com a dinâmica do desenvolvimento, chegando então ao panorama que deve ser levado em consideração, para implantação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores - PDF-MA (HOSSOÉ, 2018).

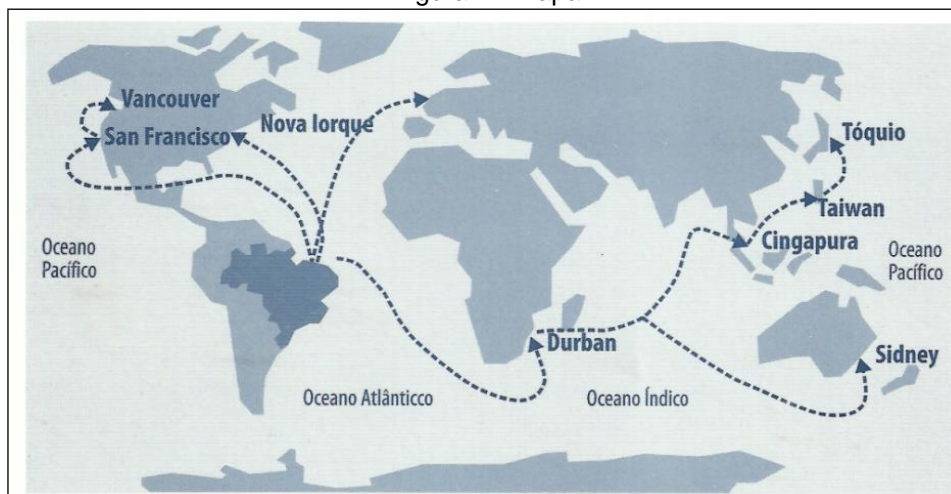
Faz-se relevante antes por em evidência o fato de que o Estado do Maranhão é muito rico, quando diz respeito às suas características naturais, pois, como vamos explicar adiante, são poucos os Estados no Brasil e também se comparado a outros países do mundo, que possuem tantos atributos essenciais como o nosso Estado (HOSSOÉ, 2018).

A primeira dessas características é a posição geográfica maranhense⁴, pois foi justamente esse fator que levou o Estado a ser privilegiado em termos de logística, visto que ele apresenta vantagens consideráveis em relação ao comércio internacional, pela facilidade de ligação da capital, São Luís, aos grandes mercados consumidores e exportadores dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia e da África (HOSSOÉ, 2018), conforme apontado na Figura 1, a seguir.

infraestrutura e 56% na Estrada de Ferro Carajás (EFC). Daí resultou a criação, apenas no Maranhão, de 1300 empregos diretos e 1200 empregos indiretos e importantes impactos sobre o nível de renda e consumo de São Luís (os menores salários do Vale situavam-se em torno de U\$ 300,00 em maio de 1992), sobre a construção civil e setor imobiliário e etc.” (HOSSOÉ, 2018, p. 53).

⁴ O Estado do Maranhão localiza-se no extremo oeste da Região Nordeste. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Sua área é de 331 937,450 km², possuindo 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil, tendo o segundo maior litoral da costa brasileira (HOSSOÉ, 2018, p. 54).

Figura 1 - Mapa



Fonte: Freitas (2009 *apud* HOSSOÉ, 2018).

Em se tratando de canal de escoamento da produção, verifica-se a posição privilegiada do Porto de Itaqui, na capital maranhense, em relação a alguns portos do mundo. Para fazer um comparativo simples, enquanto que do Porto de Itaqui para o São Francisco (USA), a distância chega a 5.767 milhas náuticas, partindo do Porto de Santos em São Paulo, para este mesmo destino, percorrem-se 8.126 milhas náuticas.

Deve-se ressaltar que o Porto de Itaqui⁵, em São Luís é o segundo em profundidade no mundo, ficando atrás apenas do de Roterdã, na Holanda, e um dos mais movimentados do País, servindo para escoar a produção industrial e de minério de ferro vinda de trem da Serra dos Carajás, atividade explorada pela “Vale”. A estratégica proximidade com os mercados europeus e norte-americanos fez do Porto uma atraente opção de exportação, mas padece de maior navegação de cabotagem (HOSSOÉ, 2018).

⁵ O Porto do Itaqui é um porto brasileiro localizado na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, sendo conhecido nacionalmente por ter uma das maiores amplitudes de maré do Brasil, chegando a aproximadamente oito metros. Ele está localizado no interior da Baía de São Marcos e seu acesso hidroviário não conta com a formação de barra, sendo que o canal de acesso possui profundidade natural mínima de 27 metros e largura aproximada de 1,8 quilômetros (HOSSOÉ, 2018, p. 55).

Percebe-se, por essas explicações, da formação da economia maranhense e das características do Estado, principalmente no tocante a posição geográfica, que o Maranhão tem um enorme potencial e, portanto, apresenta-se como um importante vetor de desenvolvimento nacional, além de propício ao desenvolvimento de negócios (HOSSOÉ, 2018).

Foi a partir dessa visão do potencial maranhense e do cenário que se desenhava que se institucionalizou o ambiente propício para implementação do PDF-MA no Estado, ressaltando-se que, no Maranhão, muitos acadêmicos e estudiosos criticam a falta de industrialização⁶ do Estado, além de salientarem que os grandes empreendimentos se tornaram, como no caso do Espírito Santo, grandes enclaves (HOSSOÉ, 2018).

3 CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Do ponto de vista teórico, o debate sobre a categoria desenvolvimento envolve uma polêmica entre diferentes pensadores sobre a relação que se pode estabelecer entre ela e a ideia de crescimento econômico. Essa divisão acontece, primordialmente, por uma diferença de interpretação sobre as perguntas básicas da ciência econômica que tratam da produção, dentre as quais: O que produzir? Como produzir? Quando produzir? Onde produzir? Como será repartida essa produção? (HOSSOÉ, 2018).

Para Lucht (2004), pensadores situados no campo do liberalismo clássico, tais como Adam Smith, afirmam que o crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, algo previsível, “natural”, pois dadas as condições, tais como a redução da interferência do Estado na economia e a garantia de liberdade para as unidades produtoras, a produtividade aumentaria, majorando também a divisão do trabalho e, com o livre comércio, haveria uma “mão invisível” que proporcionaria o desenvolvimento social, a partir dos desejos e vontades individuais.

⁶ Segundo dados do IMESC o Estado do Maranhão possuía em 2014 o PIB de R\$ 76,843 bilhões, sendo que ocupava 17º colocação no ranking dos PIBs dos estados brasileiros. A participação da distribuição setorial no Valor Adicionado Bruto do Estado do Maranhão, por atividades econômicas, no ano de 2014, ficou assim distribuída: Agropecuária 10,8%, Indústria 17,9% e Serviços 71,3%. Com esses dados identifica-se que a participação da indústria poderia ser muito maior, visto seu potencial (HOSSOÉ, 2018, p. 56).

Trata-se na visão de Lucht (2004) de uma concepção que sofreu certa mudança nos autores que se situam no núcleo da chamada Economia do Desenvolvimento⁷ (Nurkse e Lewis) para os quais desenvolvimento envolve vários aspectos, não somente os econômicos. Na verdade, para esse grupo, variáveis não econômicas são vitais para o processo de desenvolvimento. De acordo com Lucht (2004), inclusive, o desenvolvimento econômico é considerado como uma mudança de atitude das pessoas, e da própria sociedade, para melhorar a qualidade de vida.

Discordando que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, Oliveira (2006, p. 2) nos ensina que, já nos anos 1990, a UNESCO apontava que o que é produzido e as finalidades dadas a essa produção são duas variáveis igualmente relevantes, embora guardem diferenças fundamentais. Para esta entidade:

É evidente que o dólar que duplica a renda de uma pessoa pobre, cumpre papel diferente do dólar de acréscimo auferido por um milionário, para quem se trata de uma soma insignificante. Por isso, faz parte da mentalidade do século XX considerar que o meio é mais importante que o fim e o nível de atividade, mais importante do que os objetivos para os quais ela serve (UNESCO, 1999, p. 28).

Na perspectiva do desenvolvimento no seu sentido mais amplo, para além do PIB, a UNESCO propôs a criação de instrumentos de mensuração⁸ capazes de incorporar diferentes dimensões do bem-estar humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A ideia seria chamar a atenção para os “fins que o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção” (UNESCO, 1999, p. 28-29).

⁷ Após a Segunda Guerra, nos anos 1950, nasce a chamada Economia do Desenvolvimento, com o pensamento anglo-saxão e latino-americano. Entre os anglo-saxões destacam-se Rosenstein-Rodan, Nurkse, Rostow, Lewis, Myrdal e Hirschmann. O pensamento latino-americano, que tem em Raúl Prebisch o principal nome, é considerado por muitos autores como um pensamento econômico original, no entanto, na verdade trata-se de uma versão regional da Economia do Desenvolvimento, também baseada na hegemonia heterodoxa keynesiana na época. Além de Raúl Prebisch, a CEPAL vai aglutinar autores como Celso Furtado, Aldo Ferrer, Noyola Vásquez, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, e outros importantes pesquisadores da realidade latino-americana (HOSSOÉ, 2018, p. 78).

⁸ A distribuição de renda de um país pode ser avaliada a partir do índice de Gini e ele varia de zero a um. Quanto mais próximo da unidade, pior a concentração de renda. O Brasil, que detém o 70º produto per capita do mundo em 2015 segundo o FMI, apresenta, porém, uma das piores distribuições de renda do planeta (índice de Gini de 0,490 em 2014), disputando os últimos lugares no ranking mundial com os países como Guatemala e Serra Leoa. Mas, além do índice de Gini, existem outros indicadores que funcionam como proxy para avaliação da qualidade de vida propiciada pelo crescimento econômico de um país a sua população. Deve-se discutir com mais detalhes esses indicadores, particularmente o já bastante conhecido IDH (índice de desenvolvimento humano), um indicador de qualidade de vida calculado, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (HOSSOÉ, 2018, p. 78).

Na mesma linha de pensamento, Oliveira (2006, p. 2) citando Veiga (2005, p. 87) considera ainda que:

O PNUD admite que o IDH é um ponto de partida. Recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo e mais complexo do que qualquer medida sumária conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices. [...] O IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e gozar do respeito dos outros na comunidade.

Na mesma linha de raciocínio, Paulani (2006, p. 235) argumenta que:

O sistema de contas nacionais e a consequente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia foi capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico, uma vez que mostra a capacidade de geração de renda dessa economia e, com o auxílio de algumas outras informações, pode mostrar também o nível de utilização de sua capacidade produtiva. Entretanto, se a preocupação é com a qualidade de vida da população, o produto agregado mostra-se inadequado. Em primeiro lugar, mesmo se a intenção é pura e simplesmente mensurar o desempenho, é necessário confrontar o tamanho do produto com o tamanho da população, ou seja, a variável realmente importante não é o produto agregado, mas o produto per capita. Em segundo lugar, é necessário avaliar de que forma a renda gerada no país é distribuída pela população, pois se a geração de renda for substancial, mas sua divisão for muito desigual, a qualidade de vida da população em geral certamente não será boa. Por fim, é necessário avaliar até que ponto a renda produzida pelo país reverte-se em benefícios para a população sob a forma, por exemplo, de melhores níveis de educação, saúde e saneamento. A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: crescimento versus desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, pode-se concluir que uma elevação no produto agregado do país, não se converte de maneira automática em melhoria da qualidade de vida de todos os membros da sociedade, como seria esperado. Os indicadores então servem para guiar as conclusões, pois ainda que o crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, o último não se reduz ao primeiro (HOSSOÉ, 2018).

Ao discutir desenvolvimento na perspectiva de que o produto de crescimento deve servir para ampliar o nível de bem-estar, uma questão tem se tornado cada vez mais relevante: como tornar o processo de produção sustentável para a vida humana no planeta? (HOSSOÉ, 2018).

Diante da indagação levantada, segundo Oliveira (2006, p. 4), se voltar-se a atenção para um relevante paradoxo existente no século XXI, tem-se que reparar que

se por um lado o homem é capaz de feitos extraordinários, no que diz respeito ao seu desenvolvimento tecnológico, como robótica, microeletrônica, comunicação, dentre outros, gerando assim crescimento econômico, por outro, ainda parece incapaz de solucionar problemas básicos como distribuição de renda, pobreza e destruição do meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessária a busca por um equilíbrio, do contrário, prognósticos ruins, tais como desastres ambientais, guerras, epidemias, podem se confirmar.

No meio dessa dualidade, percebe-se a atuação de forças opostas, por um lado, como expôs Oliveira (2006, p. 4) “disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento”, como se este fosse o padrão a ser seguido; no entanto, essa realidade parece distante de muitos seres humanos que habitam o planeta. Por isso, Oliveira (2006, p. 4) também coloca que, “sem embargo, esta disseminação cultural não tem sido acompanhada com a mesma intensidade pela difusão global dos valores democráticos e do respeito aos direitos humanos, que são a própria substância da civilização ocidental”.

É chocante perceber a naturalidade com que o capitalismo e suas benesses podem conviver pacificamente com situações de barbárie, como se pode observar em vários espaços em que situações de grande contraste podem estar presentes, por exemplo, nas cidades, em que existem bairros nobres ao lado de periferias, pessoas vulneráveis e sem lar nas calçadas de prédios luxuosos de trabalho, escolas públicas sem estrutura diante de centros educacionais privados de ponta, dentre outros (HOSSOÉ, 2018).

Nesse sentido, Oliveira (2006, p. 4) destaca que “o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não vem acompanhado do desenvolvimento de uma consciência ética que coloque a humanidade como prioridade”. Vista essa premissa, pode-se pensar que caminhos díspares são quase naturais, como coloca Oliveira (2006, p. 4):

O cenário está posto: de um lado, globalização provocada pelo vertiginoso avanço tecnológico, tendo como corolário a internacionalização da produção e expansão dos fluxos financeiros (isenção total de barreiras para o fluxo do capital); regionalização caracterizada pela formação de blocos econômicos; fragmentação dividindo globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos, terrorismo, além de outras dicotomias. Fica evidente, portanto, a total despreocupação com a harmonização entre resultados econômicos satisfatórios e qualidade de vida social, como forma alternativa à marginalização das necessidades humanas

em detrimento do avanço tecnológico e índices financeiros “satisfatórios”, matéria-prima do capital especulativo e improdutivo.

Apreende-se dos postulados vistos que a globalização, como modelo hegemônico do desenvolvimento capitalista, que tenta minimizar o desenvolvimento humano a igualdade com o crescimento econômico, torna-se incompatível com o Desenvolvimento Sustentável porque causa desigualdade e concentração de poder (HOSSOÉ, 2018).

Conforme Oliveira (2006, p. 3), “o fato do desentendimento ou simplesmente não consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seu significado e como pode ser mensurado, constitui-se como um dos fatores do agravamento da situação da vida no planeta”. Oliveira (2006, p. 3) cita ainda Gadotti (2000, p. 33) que, transcrevendo citação do Relatório da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO e realizada na Tessalônica, Grécia, em dezembro de 1997, destaca entre outros os seguintes fatores do agravamento da situação da vida no planeta segundo a UNESCO (1999, p.23):

a) o rápido crescimento da população mundial e a mudança na distribuição; b) a persistência da pobreza generalizada; c) as crescentes pressões sobre o meio ambiente devido à expansão da indústria em todo o mundo e o uso de modalidades de cultivos novos e mais intensivos; d) a negação contínua da democracia, as violações dos direitos humanos e o aumento de conflitos e de violência étnica e religiosa, assim como a desigualdade entre homens e mulheres; e) o próprio conceito de desenvolvimento, o que significa e como é medido.

Visto que existe diferença nos conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo que um complementa o outro, mas não se restringe a ele, além da divisão dos que pensam desenvolvimento e os indicadores econômicos e sociais, foi possível notar que, mesmo avançando no entendimento no que diz respeito ao desenvolvimento, nem sempre o mundo e os países de maneira específica caminham nessa direção (HOSSOÉ, 2018).

Como leciona Oliveira (2006, p. 4):

Para um dos notáveis nomes no debate, o economista Ignacy Sachs, o crescimento não traz, automaticamente, o desenvolvimento, tampouco a felicidade (SACHS, 2001). Sachs avança em suas afirmações ao chamar a atenção para o fato de que uma situação mais comum é a do *crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos*: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, com a simultânea produção de pobreza maciça e

deterioração das condições de vida. Nos casos extremos, afirma Sachs, estamos na presença de *crescimento com desdesenvolvimento*.

Baseados nessa ideia desse neologismo “desdesenvolvimento”, considerando que para Oliveira (2006, p. 10) a “partir do entendimento de que o homem está intrinsecamente ligado ao meio e dele não pode ser separado”, e ainda, que os seres humanos constituem o centro e a razão do processo de desenvolvimento, significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores; politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2001, p. 55).

Vale salientar que segundo Oliveira (2006, p. 10):

A concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em junho de 1972⁹. A condição de escassez e esgotabilidade dos recursos naturais face ao modelo de desenvolvimento econômico dos países hegemônicos foi o grande precursor desta conferência que mobilizou vários países em uma discussão que ainda permeia as agendas governamentais.

Oliveira (2006, p. 11) afirma ainda que esta conferência resultou em uma declaração que conclamou a junção de esforços de todos os governos e povos com o objetivo precípuo de preservar e melhorar o meio ambiente em benefício de toda humanidade e sua posteridade. Por conseguinte, chegou-se à conclusão de que era urgente a necessidade de se redefinir o próprio conceito de desenvolvimento, dada a complexidade das questões envolvidas.

Avançando no tema, no início da década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) retomou o debate das questões ambientais. Nesse período, foi indicada pela entidade a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. O documento final chamou-se “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento

⁹ Não por acaso, destaca-se mais uma vez a coincidência temporal, veja a conexão das mudanças e transformações iniciadas a partir desse período histórico. O discurso, para nos tirar da “crise” provocada pelo modelo anterior, tende a hegemonia e, portanto, sente a necessidade de se espalhar por várias frentes teóricas e conceituais, por isso, veremos mais a frente, a crítica a adoção desse modelo, como redentor das mazelas supostamente criadas pelo keynesianismo-fordismo (HOSSOÉ, 2018, p. 83).

sustentável, nos seguintes termos: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Fica muito claro, nessa nova visão das relações homem-meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade; há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados (HOSSOÉ, 2018).

Muito embora essas ideias tenham tido um desdobramento temporal e uma maturação em termos teóricos e metodológicos, salienta-se que colocar em prática não tem sido nada fácil, mesmo diante de um esforço que ultrapassa fronteiras, materializado pelos diversos encontros, em que organismos multilaterais e países de todo o mundo organizam (HOSSOÉ, 2018).

O evento seguinte de maior relevância é apontado por Oliveira (2006, p. 12):

Transcorridos vinte anos após a realização da Conferência em Estocolmo, a Organização das Nações Unidas promoveu no Rio de Janeiro um novo encontro internacional, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92 ou, simplesmente Rio-92, com objetivo de avaliar como os países haviam articulado o processo de proteção ambiental desde o encontro anterior e, ainda discutir novas propostas para algumas questões específicas sobre mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade, entre outras. O evento obteve grande amplitude, ‘lançando as bases sobre as quais os diversos países do mundo deveriam, a partir daquela data, empreender ações concretas para a melhoria das condições sociais e ambientais, tanto no âmbito local quanto planetário’.

Antecedendo a Rio-92, o relatório da Comissão Interministerial brasileira para a Conferência do Rio de Janeiro, publicado em dezembro de 1991 intitulado “O desafio do desenvolvimento sustentável” (HOSSOÉ, 2018), registra que:

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios e pela racionalização do uso de energia; o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos; a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas (CIMA, 1991, p. 182).

Desse debate travado, conforme se explicita no início, sem a pretensão de esgotar o tema, faz-se um esforço de trazer os elementos que norteiam a realidade concreta do PDF-MA. Por isso, o desenvolvimento deve ser visto na sua forma mais

ampla possível, a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população (HOSSOÉ, 2018), uma vez que:

O desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se estar buscando a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 14).

O PDF-MA, portanto, emerge no efervescer de todo esse debate, e nos discursos de seus formuladores, vai além do crescimento e do desenvolvimento econômico, ancorando-se em uma visão do suposto “desenvolvimento sustentável”, conforme todo o material produzido, textos escritos, matérias de jornais, propagandas, livros e etc. Para tanto, são aprofundados os pilares do desenvolvimento sustentável, ação essa que trará uma visão clara dessa categoria teórica (HOSSOÉ, 2018).

4 PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aludindo a todo o conteúdo tratado até aqui, tem-se que a própria evolução da sociedade levou a uma dinâmica que culminou com o Desenvolvimento Sustentável, referência teórica do programa estudado. Deve-se agora destrinchar os seus meandros, para que na sequência, seja possível na pesquisa de campo determinar se esse referencial se aplica de fato ao caso concreto; visto que sustentar sua aplicação requer não só discurso, mas a prática iminente.

Considerando eventos como a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo e do seu documento final que se chamou “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland, segundo a promoção do encontro internacional da ONU realizado no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92 ou, simplesmente Rio-92. Devem-se projetar as três dimensões que surgem a partir dos ensinamentos desses eventos que nos levam ao Desenvolvimento Sustentável, quais sejam: o equilíbrio econômico, a proteção ambiental e a responsabilidade social.

Falar de cada um desses pilares é examinar além da sua percepção inicial, conforme a visão de Estender e Pitta (2008, p. 3), pois, mesmo com o conceito formulado, inicialmente, a ideia de desenvolvimento sustentável era entendida como a harmonia entre a questão financeira, social e ambiental. No entanto, para que essa

categoria pudesse se efetivar, seria necessário que os sujeitos envolvidos no processo aderissem a esse conceito.

Em virtude do que já foi dito, e pretendendo-se oferecer um encadeamento lógico dos fatos, vale destacar que uma visão integrada é importante para compreensão e percepção da realidade fática. Ao olhar para as questões ambientais, que são frequentemente levantadas por membros da comunidade científica ambientalista e pelos membros de movimentos sociais, não resolveriam o problema de uma economia global sustentável, pois seria necessário, de acordo com Elkington (2001, p. 74), atingir outros meios para conseguir a sustentabilidade.

Para ver o quadro completo, tem-se que pensar fora da caixa, unir as pontas e conseguir observar além das questões aparentes, tais como controle de poluição, degradação do meio ambiente, empobrecimento das famílias, falência dos sistemas políticos e a própria dissolução da sociedade. Aqueles sujeitos, empresários, políticos, cidadãos e etc., que conseguirem vislumbrar um novo futuro, pensará como a interpretação de Scharf (2004), citado por Estender e Pitta (2008, p. 3), que diz ser o objetivo do desenvolvimento sustentável é a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, refere-se aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida.

Portanto, ao se querer analisar e avaliar a categoria, percebe-se que essas dimensões são indissociáveis; caso uma delas não aconteça a aplicabilidade do conceito fica prejudicada. No entanto, para efeito didático de exposição, faz-se necessário aludir a cada parte em separado, para que se possa deter nas minúcias de cada uma das dimensões previstas (HOSSOÉ, 2018).

4.1 Equilíbrio econômico

A primeira dimensão que será trabalhada é a econômica, visto que é esta que é mais enfatizada no PDF-MA. No entanto, vale ressaltar que, para tratar desta dimensão, tem-se que conceituar a sustentabilidade econômica e deve-se esclarecer que esta se enquadra no âmbito do desenvolvimento sustentável, sendo definida como um conjunto de medidas e políticas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais (HOSSOÉ, 2018).

Aos conceitos tradicionais de crescimento econômico, são adicionadas como fatores a serem levados em conta as outras dimensões; criando assim, uma

interligação entre os vários setores (HOSSOÉ, 2018). Dessa forma, Estender e Pitta (2008, p. 5) ensinam que o lucro não é somente medido na sua vertente financeira, o que, portanto, potencializa um uso mais correto tanto das matérias primas, como dos recursos humanos. Há ainda a incorporação da gestão mais eficiente dos recursos naturais, de forma a garantir uma exploração sustentável, introduzindo elementos como nível ótimo de poluição ou as externalidades ambientais, acrescentando aos elementos naturais um valor econômico (HOSSOÉ, 2018).

Vistos esses conceitos, nota-se que a sustentabilidade econômica adquire uma faceta diferenciada, porque, se antes a preocupação era em meramente avançar nos lucros e resultados a qualquer custo, agora o pensamento é de encontrar um equilíbrio duradouro, que permita às empresas crescerem de maneira sustentável, para que as atividades que elas desenvolvam não sejam predatórias, segundo Estender e Pitta (2008, p. 5). Corroborando com essa visão, e tendo um conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, se observa que não basta a uma empresa simplesmente buscar o lucro, os resultados devem incluir ganhos nas outras dimensões. Isso força uma mudança de perspectivas, as empresas considerarão essas ações como parte integrante de um plano de negócios.

A inclusão de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável dela mesma e da sociedade. Ao mesmo tempo em que representa um desafio, a busca pela sustentabilidade pode representar novas oportunidades de negócios e existe a tendência de os consumidores preferirem produtos e serviços sustentáveis, sendo este o exemplo mais evidente de vantagens competitivas que podem advir de práticas sustentáveis como estratégia de negócios (HOSSOÉ, 2018).

De acordo com Estender e Pitta (2008, p. 5), na visão convencional, o pilar econômico se resume ao lucro da empresa, portanto para calculá-lo os contadores utilizam apenas dados numéricos. Enfatiza-se então que a abordagem que é feita desse pilar, entretanto, requer uma busca pela sustentabilidade econômica da empresa em longo prazo. Por isso, é preciso entender como as empresas avaliam se suas atividades são economicamente sustentáveis e isso passa necessariamente pela compreensão do significado de capital econômico (HOSSOÉ, 2018).

Em uma visão simplista, ainda segundo Estender e Pitta (2008, p. 5), o capital de uma empresa é a diferença entre seus ativos e suas obrigações e pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico e capital financeiro. Ao avaliar este pilar, levando-se em consideração o conceito de Desenvolvimento Sustentável, é

preciso inculcar na ideia de capital econômico, o capital humano e intelectual, conceitos que, conforme Elkington (2001), gradativamente foram incorporados ao entendimento de capital econômico, sem mencionar os conceitos de capital natural e social, que passam a ser fundamentais para a avaliação deste pilar.

Compartilhando dessa visão, Silva e Pasqualetto (2014, p. 113) avançam e elaboram as seguintes colocações:

Vimos anteriormente que a partir de acontecimentos entre a década de 1960 e a década de 1970, as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente se intensificaram. Assim, a economia do meio ambiente se estruturou e se dividiu em duas linhas de pensamento: a economia ecológica e a economia ambiental neoclássica. Na economia ecológica, é discutido o uso dos recursos naturais, propondo métodos de monitorar, valorar e determinar tais usos, suas propostas envolvem as técnicas de valoração ambiental. Já a economia ambiental neoclássica preocupa-se com os problemas ambientais das economias de mercado, defendendo que o desenvolvimento sustentável deve ser acompanhado de profundas mudanças qualitativas, sendo que um dos determinantes fundamentais do crescimento é a acumulação de capital; por isso, acrescenta que investir no capital natural, é o meio mais seguro de garantir a durabilidade do desenvolvimento econômico.

Visto sobre esse prisma, torna-se cristalino que, mesmo dentro da categoria teórica do desenvolvimento sustentável, não existe um consenso sobre como mensurar a sustentabilidade econômica. Por isso, criam-se mais vertentes que fundamentalmente debatem sobre as técnicas de valoração (HOSSOÉ, 2018).

Nesse sentido, vale observar o que nos ensina Silva e Pasqualetto (2014, p. 113), “parte dos economistas também defendem a aplicação das técnicas de valoração, que vem sendo utilizadas desde a década de 1980 com o objetivo de assegurar a defesa do meio ambiente”.

No entanto, sabe-se, que também existem divergências entre os economistas, quando o assunto é sobre técnicas de valoração, pois conforme Silva e Pasqualetto (2014, p. 113) alguns autores¹⁰ argumentam que os valores ambientais calculados atualmente não conduzem a um futuro sustentável e que as técnicas usadas promovem desigualdades, conferindo um “valor” baixo às vidas das pessoas pobres. Mas como fica o discurso das grandes empresas, que dizem buscar a sustentabilidade? É justamente sobre essa perspectiva que deve ser analisado o caso

¹⁰ Tais como cita Silva e Pasqualetto (2014, p. 113): Mueller (2007); Norgaard (2001); Sheng (2001). Em síntese, cada um deles expõe um ponto de vista diferente sobre as técnicas de valoração, para que estas possam ser colocadas no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

concreto do PDF-MA, que em sua gênese prega que pretensamente busca o desenvolvimento sustentável.

Analisando as definições fornecidas, voltando-se agora para o contexto empresarial, a discussão da evolução da sustentabilidade e a suas interfaces com as teorias científicas formam um embasamento consolidado e necessário para a elaboração de ferramentas que auxiliem as empresas a construírem uma atuação alinhada com as expectativas das partes interessadas (HOSSOÉ, 2018). Leripio e Leripio (2015, p. 154) afirmam: “acredita que a sustentabilidade é um termo amplo, análogo a um “guarda-chuva”, o qual contempla soluções que contribuem para as organizações lidarem de forma eficaz com suas externalidades causadas pela visão de lucro em curto prazo”.

Neste contexto, a sustentabilidade se converte em estratégias e práticas organizacionais, delimitadas por um conjunto de condicionantes socioambientais, na qual a gestão dos riscos envolvidos depende não somente da capacidade técnica e econômica das empresas, mas de como se organizam para responder aos condicionantes (HOSSOÉ, 2018), visto que nesse cenário atender a tais capacidades pode levar a um diferencial competitivo conforme Amato Neto (2011) citado por Leripio e Leripio (2015, p. 154).

Dentro desse argumento, Leripio e Leripio (2015, p. 154 a 156) afirmam que:

De tal modo, é proposta uma reflexão sobre uma possível sequência de estágios para que as organizações desenvolvam estratégias para se tornarem sustentáveis. [...] A sequência proposta por Leripio para a sustentabilidade das organizações é denominada “Estágios da Estratégia Sustentável de Produção”, a qual se fundamenta na busca por vantagens (econômicas inclusive) às organizações que a implementem de forma integral. O primeiro estágio, Conformidade Legal, estabelece a seguinte premissa: a organização em busca da sustentabilidade deve atender integralmente aos requisitos estabelecidos pela legislação relacionada aos processos e produtos, aspectos socioambientais e riscos ocupacionais, entre outras aplicáveis. [...] O segundo estágio, Conformidade Normativa, enuncia que a organização em busca da sustentabilidade deve atender requisitos estabelecidos em normas técnicas que constituem as melhores práticas de gestão e de processos disponíveis, de forma que seja possível a estabilização dos processos e sua medição por indicadores. [...] O terceiro estágio concentra-se na Gestão de Riscos, Eficiência e Produtividade e possui foco direcionado à redução de riscos, de custos e de desperdícios nos processos organizacionais. Toda forma de poluição, por exemplo, deve ser entendida como manifestação de ineficiência dos processos produtivos. [...] O quarto estágio, Negócio Sustentável, dirige-se à cadeia produtiva completa, abrangendo desde os fornecedores até os clientes e consumidores. Entre as iniciativas estão as do tipo “efeito dominó” sobre a cadeia de fornecedores, que levam estes a adotar as práticas de sustentabilidade já adotadas pela própria organização, porém, adaptado às suas realidades.

Por fim, considerando que um dos estágios da estratégia sustentável de produção, conforme o texto anteriormente citado, refere-se à cadeia produtiva completa, os mantenedores do PDF-MA usam para demonstrar sua sustentabilidade econômica a integração das cadeias produtivas como uma solução para desenvolver a economia e ampliar os efeitos multiplicadores dos seus investimentos na economia local. Para isso, usam como técnica de valoração os montantes investidos, através do volume de negócios, que em última análise, para seus defensores, teria a capacidade de reverberar nas dimensões econômicas, ambientais e sociais.

4.2 Responsabilidade social

Seguindo com as dimensões propostas pela categoria escolhida, adentra-se na responsabilidade social e essa talvez seja a dimensão que dá mais trabalho para ser mensurada, mas é para ela que se deve observar caso se queira aferir os impactos do PDF-MA, já que o programa mesmo se propõe a ter como finalidade a geração de emprego e renda, portanto, afirma que traz benefícios reais à sociedade maranhense (HOSSOÉ, 2018).

Tratando especificamente da sustentabilidade social, deve-se levar em conta que as questões tais como a desigualdade social, a educação, entre outros não fazem parte do conceito de sustentabilidade, assim como a questão econômica e ambiental. O que realmente é difundido pelo meio acadêmico é a ideia de que se o sistema social não estiver equalizado, isto é, estiver progredindo como um todo, as questões ambiental e econômica não progridem de maneira desejada (HOSSOÉ, 2018).

Nota-se que essa percepção acontece devido ao fato de que a finalidade da dimensão econômica e ambiental, em última análise, volta-se a proporcionar qualidade de vida para os indivíduos que compõem a sociedade. No entanto, embora a sustentabilidade social seja a finalidade principal do desenvolvimento sustentável, essa dimensão também é a mais difícil de ser atingida, por isso, vale nos aprofundar nessa temática (HOSSOÉ, 2018).

Na sustentabilidade social, para Silva e Pasqualetto (2014, p. 111) durante os últimos 30 anos, as principais questões levantadas são referentes à pobreza, ao incremento populacional e à desigualdade. Questões como equidade entre gerações e qualidade de vida eram temas de discussão, mas não atingiram um nível mundial, enquanto que reduzir a pobreza e a desigualdade e limitar o inchaço populacional

tornaram-se questões hegemônicas e passaram a ser os principais objetivos de qualquer programa de sustentabilidade social. Por isso mesmo, vale destacar as seguintes indagações e informações:

Mas qual a relação entre a pobreza e o crescimento da população? Será possível um dia, diminuirmos as diferenças entre as classes sociais? O crescimento da população está diretamente atrelado à pobreza, já que os pobres se reproduzem a taxas elevadas. Por isso, metade da população mundial (cerca de 47%), vive em áreas urbanas, estimando-se que esse número pode aumentar 2% entre os anos de 2000 e 2015, onde encontra-se uma parcela significativa de consumidores, que comparado aos países ricos, consomem pouco, mas que perseguem hábitos de consumo insustentáveis. Sendo assim a densidade populacional e o sistema de distribuição da população são responsáveis pela mudança, propondo novo regime demográfico, através, de um controle de crescimento da população, sem, no entanto, deixar de considerar as características particulares de cada área (SILVA; PASQUALETTO, 2014, p. 111).

Pensando por esse prisma, Silva e Pasqualetto (2014, p. 112) ensinam que “do acelerado crescimento populacional surgem então ocupações irregulares, cortiços e favelas, dividindo as cidades em áreas formais e não formais”. De um lado, a cidade “legal” com adequada infraestrutura e ocupando lugares privilegiados, de outro a “não cidade” formada por uma classe marginalizada que ocupa lugares distantes, sem escola, creche ou hospital, com transporte precário, água e energia deficitária (HOSSOÉ, 2018).

Portanto, é nesse contexto, de assimetrias e grandes questionamentos, além da retirada do Estado como indutor de políticas voltadas a solucionar a questão social, que as empresas privadas, mais notadamente os grandes empreendimentos, tomam para si a responsabilidade de desenvolver a sustentabilidade social, sendo que isso ocorre primordialmente por duas grandes ferramentas, o *marketing* social e responsabilidade social. Diante desses conceitos cabe à tese explicitar seu entendimento, sobre estes instrumentos, por isso vale salientar a visão de Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 8) que nos esclarecem:

É nesse ambiente, de consignação das obrigações estatais, que emergem conceitos como marketing social e responsabilidade social, difundidos no âmbito da administração privada como um requisito de aceitação mercadológica, já que podemos considerar que o marketing social ‘é o desenho, implementação e controle de programas calculados para influenciar a aceitabilidade das ideias sociais, envolvendo considerações de planejamento do produto, apreçamento, comunicação, distribuição e pesquisa de marketing’.

A aceitabilidade mercadológica das organizações privadas, segundo Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 8), se torna imprescindível para sua sobrevivência, induzindo a adoção de ações de *marketing* social¹¹ não apenas por motivos sociais propriamente ditos, mas, prioritariamente, por motivações particulares e mercadológicas.

Dessa forma, o *marketing* social se torna suporte estratégico de gestão e sustentação, no âmbito da administração privada, de outro conceito, o da responsabilidade social, que se baseia no pressuposto de que:

A empresa consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que no fim da cadeia pertencem a pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza a capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca, no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos (MELO NETO; FROES, 2002, p. 83).

O conceito de responsabilidade social, conforme Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 9), adquire mais relevância não ao ser divulgado entre empresários e gestores privados, mas, principalmente, quando é difundido ao público que, de maneira geral, passa a incorporá-lo e criar expectativa de ações sociais promovidas não somente pelo Estado, mas também pelas empresas que agora adquirem como um dever o *status* de socialmente responsáveis.

Desse modo, nas palavras dos autores acima, a responsabilidade social figura como nova condição mercadológica que se amplia e se conecta, na intersecção das expectativas populares pela amortização da “dívida social empresarial”, com o conceito de desenvolvimento sustentável, que acaba por contribuir para a retirada do Estado de algumas de suas obrigações formais. Para os empresários, portanto, a aplicação do conceito de responsabilidade social não visa essencialmente o pagamento de uma “dívida social”, mas sim o chamado “retorno social institucional”¹², que constitui a motivação primeira do ponto de vista mercadológico.

¹¹ *Marketing* social segundo Corrêa (1997, p. 20) é o processo de formulação e implementação de atividades de *marketing* que são caracterizadas pela oferta que a empresa faz de uma quantidade específica de recursos a uma determinada causa social, a cada vez que os consumidores de seus produtos realizam uma troca econômica com ela, gerando, com isso, a satisfação, dos objetivos individuais e organizacionais.

¹² O retorno social institucional como mostram Melo Neto e Froes (2002, p.83), ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Como consequência, a empresa vira notícia, potencializa

Com tantos benefícios mercadológicos, não há de se estranhar a crescente ampliação das ações de responsabilidade social, de forma que não basta como no passado a filantropia, uma vez que está se torna difusa e inconstante ao ser associada, essencialmente, à ideia de caridade, o que certamente não a faz exigível como condição mercadológica (HOSSOÉ, 2018).

O conceito de filantropia denota, por definição, na visão de Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 9), a subjetividade de uma ação individual, como um favor, já o conceito de responsabilidade social incorpora algo novo, mais abrangente, ao contemplar a ideia de responsabilidade, que pode ser entendida como um dever e que deve ser compartilhada por todos “socialmente”.

Desse ponto de vista, até mesmo o cidadão se vê apreendido pelo conceito, como explica os autores citado, na medida em que também é exigido pela sociedade a apresentar uma conduta socialmente responsável, o que, em última instância, torna compreensível a ausência estatal e admissível o compartilhamento dos esforços no enfrentamento da questão social.

Vale salientar que esse aspecto foi observado no estudo de Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 10), em que a obrigação social emerge no contexto do redimensionamento da ação estatal, por meio da instituição do estado mínimo, limitando a oferta de bens e serviços sociais, por parte do Estado, e transferindo algumas demandas sociais para a própria sociedade que, por outro lado, enfrenta dificuldades com alguns dos efeitos da expansão neoliberal, tais como a flexibilização das relações de trabalho e o aumento do desemprego e do subemprego como formas de precarização do trabalho.

Por isso, conforme Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 10), com a precarização das condições de trabalho e a diminuição da oferta de vagas, os trabalhadores, que antes conservavam o poder de se organizar e exigir a ampliação das prestações sociais, agora percebem o esvaziamento de sua força de articulação; ao se concentrarem em suas demandas individualizadas pela manutenção do emprego e de condições mínimas de subsistência.

Ocorre, dessa forma, a fragmentação do poder de pressão social da classe trabalhadora, ocasionando a desapropriação de parte do espaço social lentamente conquistado pelos trabalhadores nas décadas precedentes. Portanto, no contexto

sua marca, assegura a lealdade de seus empregados, fideliza e conquista clientes, reforça laços com parceiros, aumenta sua participação no mercado.

atual, a perda da centralidade do trabalho no eixo da questão social faz surgir uma nova corrente teórica que coloca que essa reconfiguração social representaria uma nova questão social¹³ (HOSSOÉ, 2018).

A origem desse processo é a flexibilização do trabalho, que, em decorrência da abertura dos mercados nacionais e a mundialização do capital, tem determinando o caráter volátil do emprego, que é alocado pelo capital na região do mundo onde representa menor custo e maior precarização das condições de trabalho, nas palavras de Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 11).

Essas condições para Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 11) acarretam a redução da oferta de emprego, da remuneração do trabalhador e da força de atuação das organizações sindicais, promovendo inevitável perda de garantias e direitos sociais. Dessa forma, o emprego da maneira como é conhecido, com estabilidade e proteções sociais, está sendo confinado a um número cada vez mais restrito de trabalhadores em detrimento da flexibilidade do mercado de trabalho.

É certo que isso é um fenômeno global e, conforme Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 9), decorrente da mundialização do capital, mas é importante ressaltar que o processo de flexibilização do trabalho e suas consequências socialmente degradantes são incorporadas ao contexto social mais rapidamente e com maior intensidade em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. A questão social pode, assim, ser entendida como uma categoria que encerra em si a contradição inerente ao capitalismo, presente na distribuição social desigual entre a produção e a apropriação da riqueza gerada, condensando, no antagonismo interno à relação capital x trabalho, a essência reprodutora dos problemas sociais característica do modo capitalista de produção. É dessa forma que se:

Desencadeia um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais. Nesse quadro, a proposta neoliberal é a de cortar ainda mais os gastos públicos, agravando a já iníqua situação de alocação de recursos para as políticas sociais (SOARES, 2002, p. 71).

O mesmo cenário social que comporta a instituição do estado mínimo, e a reconfiguração da questão social, contribuem segundo Hossoé, Hossoé e Hossoé

¹³ A nova questão social nos ensinamentos de Castel (1997, p.165-166) hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primordialmente na ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choques em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito.

(2015, p. 10), paralelamente, para a expansão da responsabilidade social e o agravamento dos problemas sociais na medida em que legitima o compartilhamento da responsabilidade do Estado com a sociedade civil, no enfrentamento dos problemas sociais. É dessa forma que com o Estado fragilizado, tendo seu papel diminuído perante a sociedade, que se constroem a narrativa do individualismo, relegando os cidadãos e a sociedade como um todo à mercê de sua sorte.

Diante deste quadro, percebe-se que a base de sustentação de todo o sistema está comprometida, isso porque, mesmo que o Estado; tenha uma atitude propositiva no que tange o combate aos problemas sociais, sua capacidade de resposta demonstra-se limitada, devido ao fato de fragilizar as pessoas e a sociedade, afetando principalmente o trabalho; irá também debilitar os possíveis pagadores de impostos, o que limitará sobremaneira a possibilidade financeira do Estado em reagir em meio a toda a situação posta (HOSSOÉ, 2018).

Com isso, entende-se que a precarização das relações de trabalho, que deveria pressupor uma reação mais enérgica da classe trabalhadora, perde efeito diante da emergência do conceito de responsabilidade social, sugerindo o compartilhamento dos problemas sociais, tratando-os como de origem indeterminada, retirando, na verdade, a possibilidade de responsabilização do Estado ou do capital por parte da sociedade civil, já que a ação estatal que se resume, em muitos casos, à regulação, está sendo efetivada na manutenção da liberdade e igualdade formal (HOSSOÉ, 2018).

Dessa forma, Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 11) propõem que a difusão do ideal de responsabilidade social não é, por si, suficiente para resolver os problemas sociais, uma vez que ações individualizadas, fragmentadas e descontinuadas conseguem, no máximo, atuar sobre os efeitos de tais problemas, e servem mais convenientemente ao propósito de minimizar a responsabilidade daqueles que se solidarizam com as dificuldades alheias.

É nesse sentido que Hossoé, Hossoé e Hossoé (2015, p. 11) afirmam o seguinte:

A responsabilidade social é suficiente apenas para produzir o efeito que aqui denomina-se atenuação aparente da questão social, tanto por não ser objetivamente capaz de promover a atenuação concreta dos problemas sociais, quanto por construir a aparência de que tais problemas são atenuados, o que resulta no esvaziamento da responsabilidade objetiva de todos os envolvidos no processo, na medida em que credencia os “socialmente responsáveis” com uma espécie de “recibo social” de sua

parcela de contribuição, eximindo-os de qualquer responsabilização pelo agravamento da questão social.

Com base em toda a fundamentação exposta, a tese em curso analisa a dimensão social do desenvolvimento sustentável, como uma tentativa das grandes empresas de passar uma imagem positiva, diante dos efeitos reais negativos que elas emanam nas comunidades que atuam. Por isso, sentem-se compelidas a criar programas como o PDF-MA para mitigar tais efeitos, servindo principalmente como *marketing* social, levando a sociedade a acreditar que elas estão fazendo sua parte em relação à questão social, tendo, assim, responsabilidade social perante a população que se vê afetada pela sua atuação (HOSSOÉ, 2018).

É a partir dessa premissa que o estudo proposto ganha relevância, porque se por um lado o discurso parece bom, vale então pôr a prova os fundamentos do PDF-MA, visto que somente se o programa tiver impactos reais em emprego e renda ele de fato conseguirá mitigar as mazelas trazidas por esse suposto “desenvolvimento” proporcionado pelas grandes empresas, e para isso não bastam depoimentos. Os dados oficiais, tais como os utilizados na pesquisa, deixaram claro a correlação entre discurso e prática. Conforme a dialética marxista adotada, não basta ver a aparência do fenômeno, deve-se realizar repetidas aproximações da realidade, até que se chegue à essência (HOSSOÉ, 2018).

Por fim, explicitadas as dimensões econômicas e sociais, volta-se para a dimensão ambiental que é explorada no próximo subitem, completando desta maneira a tríade proposta pelo desenvolvimento sustentável. Apenas desta forma, pode-se pôr a categoria desenvolvimento sustentável em uma perspectiva crítica e analisar sua relação com a categoria trabalho, contemplando, assim, a fundamentação teórica, o que fornecerá o subsídio necessário à avaliação proposta na pesquisa de campo (HOSSOÉ, 2018).

4.3 Proteção ambiental

A fim de compreender em sua plenitude a categoria desenvolvimento sustentável, deixou-se para explicar no último pilar a questão ambiental, visto que, embora essa pareça ser uma preocupação mais recente perante aos outros dois pilares, mostra-se uma questão de impacto, isto porque cientistas e acadêmicos pelo mundo todo têm alertado para o fato de que, se o ser humano continuar com o atual

modelo de crescimento, sem levar em consideração os limites e externalidades desse modelo, poderá em breve sofrer de catástrofes inimagináveis tais como a elevação dos níveis dos oceanos, o que colocaria em risco a humanidade (HOSSOÉ, 2018).

Diante dos desafios, que cada dia tomam forma, quando se tratar de meio ambiente, deve-se aqui buscar delimitar e explicar a visão da sustentabilidade ambiental sobre a qual a tese procura se ater. Para isso, utilizam-se os ensinamentos de Estender e Pitta (2008) que dissertam sobre os três pilares do desenvolvimento sustentável, a economia, o social e o meio ambiente. Vale destacar a visão em especial da parte ambiental. Estender e Pitta (2008, p. 6) afirmam que:

As empresas precisam saber avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso antes de mais nada, compreender o significado da expressão capital natural. O conceito de riqueza natural não é de fácil definição. Utilizando o exemplo de uma floresta. Na opinião do autor, não basta contar o número de árvores para se avaliar seu capital natural, é preciso avaliar, entre outros aspectos, a “riqueza natural que sustenta o ecossistema da floresta”, os benefícios por ela gerados, a flora, a fauna e os produtos dela extraídos, que podem ser comercializados. Ele defende a existência de duas formas principais de capital natural: O ‘capital natural crítico’, que seria aquele fundamental para a perpetuidade do ecossistema e o capital natural renovável ou substituível, sendo este, no entendimento do autor, os recursos naturais renováveis, recuperáveis ou substituíveis.

Dando continuidade ao pensamento citado acima, os autores colocam que as empresas precisam: identificar quais as formas de capital natural impactadas por suas operações, avaliar se elas são sustentáveis, se o nível de estresse causado é sustentável e, finalmente, se o equilíbrio da natureza está sendo afetado (HOSSOÉ, 2018).

No caso do PDF-MA, essa noção deve abranger não apenas as empresas mantenedoras, pois estas têm estrutura e profissionais que supostamente se preocupam com os impactos ambientais, mas também no caso das empresas fornecedoras locais, pois como uma cadeia a preocupação em termos de preservação deve ser ampliada para todos, sendo esta condição vital para que o discurso de cuidar do meio ambiente não caia em descrédito. Vale observar que a questão ambiental deveria ser um critério de escolha, visto que as empresas têm custos para se manterem ambientalmente corretas (HOSSOÉ, 2018).

Dessa forma, Estender e Pitta (2008, p. 6) explicam que as empresas devem gerir o desenvolvimento sustentável sempre considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Embora, segundo os autores, para que o conceito seja colocado em prática, são necessárias as seguintes premissas: “democracia e

estabilidade política; paz; respeito à lei e à propriedade; respeito aos instrumentos de mercado; ausência de corrupção; transparência e previsibilidade de governos; preocupação com as gerações futuras, dentre outros aspectos” (ESTENDER; PITTA, 2008, p. 6).

Levando-se em consideração Estender e Pitta (2008, p. 6), “para que a empresa seja sustentável, é preciso minimizar seus riscos, criando condições para um futuro mais estável, garantindo a continuidade do negócio e o relacionamento amigável com a sociedade”. Cabe ressaltar que Estender e Pitta (2008, p. 6) identificam onze indicadores de sustentabilidade, sendo eles:

1. Mantém uma perspectiva de rentabilidade econômica no médio-longo prazo;
2. Opera dentro da lei, sem passivos que possam gerar prejuízos inesperados;
3. Minimiza sua dependência de recursos esgotáveis ou sujeito a escassez;
4. Minimiza seus impactos sobre os recursos naturais e a paisagem;
5. Desenvolve produtos ou serviços que contribuem para o que é percebido pela sociedade como um benefício social e ambiental;
6. Estabelece uma relação de respeito e minimiza o conflito com seus funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, e outros stakeholders – ou seja, os diversos atores que têm interesses diretos ou indiretos no empreendimento;
7. Cultiva a eficiência no uso dos recursos renováveis e não-renováveis – com investimentos em tecnologia avançada e soluções de longo prazo – assim como se preocupa com os impactos de seus bens e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida;
8. Reduz os resíduos e recicla os materiais que descarta;
9. Tem transparência na gestão independente de possuir capital aberto, promovendo assim a confiança dos acionistas, investidores, fornecedores, clientes, etc;
10. Evita o uso de formas de propaganda maliciosa que induzam o público a confundir a verdadeira atuação da empresa com ações beneficentes que não influenciam sua atuação;
11. Relaciona-se com demandas de ordem global (o aquecimento do planeta ou o surgimento de consumidores engajados em outros continentes) e local (a comunidade que a sua atuação afeta).

Ainda referenciando Estender e Pitta (2008, p. 6), vale destacar a visão mais ampla que permeia o conceito de desenvolvimento sustentável, pois as mazelas que a ação humana provoca devem ser combatidas em todas as frentes, conforme explica-se no seguinte texto:

Para a autora, o desenvolvimento sustentável se tornou imprescindível para a sobrevivência das empresas e do próprio planeta Terra. No seu entendimento, uma empresa que visa a sustentabilidade deve ser transparente, e capaz de avaliar seu desempenho socioambiental. A melhor maneira de se fazer isso é através do relatório anual de sustentabilidade. Esse relatório aponta diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais, referente ao desempenho da empresa além de ressaltar seus valores. Trata-se de um documento que melhora o envolvimento da organização com os stakeholders e oferece ao empreendedor uma visão geral de sua gestão, facilitando assim, a auto avaliação de seu negócio. ‘Para uma multinacional, publicar um balanço de sustentabilidade é uma questão de sobrevivência. Isso porque quem legitima a sustentabilidade é o stakeholder’.

Seguindo essa linha de raciocínio do meio empresarial, Scharf (2004, p. 22) menciona que “a sustentabilidade nas empresas depende de um aumento em sua democracia com o objetivo de estabelecer soluções conjuntas, respeitando as opiniões de todos os envolvidos no negócio”. Ainda convém lembrar que:

Nas empresas brasileiras, quando se cria uma área de desenvolvimento sustentável ou ambiental, elas são subordinadas a área de Marketing, quando na verdade deveriam ficar sob a responsabilidade dos diretores, pois são eles que tomam as decisões (SCHARF, 2004, p. 22).

Por fim, vale lembrar, que se o PDF-MA quer de fato promover o desenvolvimento sustentável, deve atuar e direcionar assim suas ações, não apenas no discurso, mas em atitudes práticas e concretas. Neste sentido, a tese aqui apresentada propõe-se a contribuir para esse debate. Para tal, com o já referido, a avaliação proposta contempla aspectos qualitativos e quantitativos com o fito de melhor aproximar da realidade, tentando apreender se o PDF e os fornecedores locais atendem aos três requisitos de uma gestão minimamente sustentável; nos termos do que é possível sob o capitalismo tendo em vista a ideia central que orienta esse trabalho que é da insustentabilidade desse modo de produção (HOSSOÉ, 2018).

Depois de ter explicado cada um dos pilares, é importante ressaltar que eles não são dissociados, fazem parte de um só conceito, o desenvolvimento sustentável. Por isso estão intrinsecamente ligados, e, portanto, entende-se na tese em curso que se um dos pilares não estiver avançando no PDF-MA, não há como falar de desenvolvimento sustentável. Dada esta explicação, passa-se ao próximo item onde é avaliado a categoria teórica do desenvolvimento sustentável, sob o prisma crítico, necessária para que se possa ir além do discurso (HOSSOÉ, 2018).

5 CRÍTICA À ADOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Se por um lado adota-se na tese a categoria do Desenvolvimento Sustentável, pois esta foi incorporada pelos formuladores do PDF-MA, por outro, sente-se a necessidade de colocá-la sob uma perspectiva crítica. Sendo que esta perspectiva se deve ao fato desta categoria ter muitos defensores, mas também ter muitos pensadores que divergem quanto a sua possível implementação, em especial no sistema capitalista vigente (HOSSOÉ, 2018).

Esse raciocínio tem como base uma questão crucial nos dias atuais, que é a dualidade entre os conceitos de sustentabilidade versus insustentabilidade, como advoga Santana e Sousa (2012, p. 113):

Um dos pontos centrais do debate contemporâneo que dão forma à “questão ambiental” e que balizam a pauta dos governos nesse âmbito, ao redor do planeta, é a tensão entre as teses da sustentabilidade versus insustentabilidade, presentes na produção da vida urbana com suas necessidades, seus modos de apropriação e usos do território e suas formas de organizar a produção e o consumo.

Por isso, tem-se como objetivo nesse item apresentar a visão dissonante, que demonstra com clareza que as perspectivas do mundo não são tão boas assim, e que muitas vezes o conceito do Desenvolvimento Sustentável é utilizado para convencimento da sociedade, sem, no entanto, realizar aquilo que promete, fazendo com que se tenha necessidade de aprofundar o tema (HOSSOÉ, 2018).

Antes, contudo, vale destacar que, a despeito de esforços e iniciativas cada vez mais frequentes na direção do Desenvolvimento Sustentável, ainda temos uma situação social que tende muito mais para insustentabilidade do sistema vigente (HOSSOÉ, 2018). Pelo menos isso é o que nos indica Santana e Sousa (2012, p. 113):

A noção de insustentabilidade constitui elemento central das correntes teóricas que se filiam ao pensamento crítico. Para estas, o modo de produção capitalista apresenta três características negativas basilares: gera desigualdades de recursos e de poder entre as classes sociais, reforça as diferenças de gênero e étnico-raciais e instiga a exploração crescente dos recursos naturais. Trata-se, em suma, de um modo de produção insustentável na medida em que precisa destruir a natureza para se reproduzir.

Tais argumentos reforçam o entendimento de que no caminho atual em que a sociedade segue, tende-se fortemente ao desequilíbrio e ao agravamento das questões sociais, ambientais e econômicas. Por isso, constitui-se um desafio para os sujeitos, como o Estado e o Capital, buscarem soluções que pelo menos amenizem ou atenuem aparentemente essa incapacidade de preservar a natureza e o meio ambiente (HOSSOÉ, 2018).

Na concepção de Santana e Sousa (2012, p. 113), em que citam Silva (2010, p. 67), o “planeta é incapaz de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo”. É nesse sentido que as autoras explicam que a tese da insustentabilidade é acolhida por diferentes organizações sociais denominadas

“ecologistas”, “ambientalistas”, “verdes”, entre outras, e sua vertente mais extrema tem como fundamento básico a ideia de que o planeta estaria marchando para uma calamidade de magnitude irreversível, uma vez que a degradação ambiental não pode ser evitada nos marcos desse modo de produção.

É perceptível que a realidade concreta é muito complexa, até por conta disso só é possível captar fragmentos dela; quando se olha para o termo Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que ele é um daqueles termos que parecem ter entrado para o vocabulário popular como modelo, pois, fora do meio de ambientalistas e acadêmicos, nunca se tinha ouvido tal termo (HOSSOÉ, 2018). Nesse sentido, Epiphânio e Araújo (2008, p. 2) elaboram a seguinte explicação:

Graças a publicidade, desde 1993 o termo tem se tornado muito comum nas discussões e debates. Os políticos falam disto apaixonadamente, e outros abordam acerca da necessidade e dos passos que devemos dar para a execução de uma política de desenvolvimento sustentável. Grandes empresas voltam-se para o assunto no intuito de mostrarem dedicação e cuidado com o meio ambiente, mas o fato é que muitos estão explorando a necessidade da sustentabilidade para melhorar a imagem da empresa e obter lucros. E vemos também a mídia, entusiasticamente tentando explicar o que significa este desenvolvimento sustentável, como o assunto do momento.

Para além da exploração midiática e positiva que o termo traz, cabe a seguinte indagação, mas o que exatamente significa Desenvolvimento Sustentável? A resposta não é simples, pois existem diversas definições sobre o mesmo termo, tendo essas controvérsias levado a muitos debates, dos mais variados méritos e relevâncias. Tirando essas ideias dissonantes, tem um elemento comum, o de que para todos devemos deixar o planeta tão bom como nós o encontramos (HOSSOÉ, 2018).

Esse consenso está expresso na exposição de Epiphânio e Araújo (2008, p. 2):

A definição desse conceito foi proposta pela Sra. Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, em um relatório pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, intitulado Our common future, em abril de 1987. E define-o assim: “Desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades”. O propósito é realmente digno. E se tais princípios não forem colocados em prática, nós poderemos ter danos irreparáveis nos ecossistemas do planeta. Mas no meio de todo o clamor por um desenvolvimento sustentável, não deveríamos pensar se dentro da atual conjuntura econômica e social é possível? As consequências de uma catástrofe ambiental são assustadoras. É questionável se os conceitos correntes de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são realísticos ou adequados.

Deste trecho citado, apreende-se que o discurso não deve ser aceito se antes não se fizer uma reflexão. Esta afirmação parte de uma indagação que nos motiva a

investigar de forma mais profunda a categoria do desenvolvimento sustentável, colocando na palavra dos autores: “não deveríamos pensar se dentro da atual conjuntura econômica e social é possível?”. Tal questionamento nos leva a uma reflexão mais ampla que vai além do conceito posto, vai diretamente ao dilema desenvolvimento sustentável e capitalismo: seria esta uma configuração possível? Há os que defendem que sim, mas também os que defendem que não. Observar a visão desses últimos faz-se essencial e, antes de se avançar na pesquisa sobre o PDF-MA, verificar os termos de tais possibilidades (HOSSOÉ, 2018).

Encarar os problemas de forma realística é a única forma de encontrar soluções para eles e, deste modo, sair de incertezas para criar um sentimento de esperança, embora isto possa significar uma mudança de atitude e renúncias de algumas práticas já bem estabelecidas. O fato de examinar as suposições e afirmações da categoria apresentada do desenvolvimento sustentável é um desafio relevante na busca de alternativas para uma verdadeira sustentabilidade (HOSSOÉ, 2018). Deseja-se, por meio de uma análise crítica da presente categoria, desafiar-se na discussão e busca de modelos realmente sustentáveis e que de fato tragam esperança em meio ao caos (HOSSOÉ, 2018).

Dentro desta ótica, devem-se analisar as premissas postas por Freitas, Nélsis e Nunes (2012, p. 2) em que eles destacam o seguinte:

As mudanças ocorridas no decorrer do século 18, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do homem com a natureza. Marx (1996, p. 113), discorrendo sobre a guerra travada pelo capital, para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola à lógica mercantil, denunciou a exploração dos recursos naturais das colônias, que propiciou o enriquecimento de uma parcela da burguesia e intensificou a destruição desses recursos, sobretudo, nos países do hemisfério sul. [...] Para Marx, a natureza e o homem possuíam um metabolismo único, esta seria o corpo inorgânico desse, e, com a alienação do próprio ser no capitalismo, ocorreria um distanciamento visceral entre ambos, estabelecendo a denominada ‘fratura metabólica’. Marx e Engels, enquanto primeiros a aplicarem o conceito de metabolismo à sociedade, associaram o referido termo à relação cidade-campo, grande indústria-grande agricultura, homem-natureza, e a ‘falha’ estariam na insustentabilidade destes relacionamentos dentro do capitalismo.

Nota-se, então, que mesmo antes de existir o conceito de desenvolvimento sustentável, Marx e Engels já apontavam a incongruência do próprio sistema capitalista, em equilibrar o homem e a natureza, sendo que as críticas não param por essa seara. Nesse sentido, é importante dar destaque ao explanado por Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) que argumentam no sentido de explicar que o discurso acerca

do Desenvolvimento Sustentável não é neutro ou desinteressado, muito pelo contrário, uma vez envolto pelas relações de poder, a busca pelo discurso verdadeiro de Desenvolvimento Sustentável, à medida que se torna mais complexo e difundido socialmente, é apropriado por diferentes forças sociais as quais passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares.

Dessa forma, os autores Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) afirmam que é possível observar as contradições, nas explicações postas:

É possível observar que as considerações de Lima (2003) recaem diretamente sobre a abordagem do mainstream abordado no tópico anterior, na qual o Relatório de Brundtland, bem como a Agenda 21, são alvos de constantes críticas. [...] Assim, a abordagem sobre o conceito de sustentabilidade irá depender da visão e dos interesses de quem observa. O conceito do mainstream do DS é invariavelmente criticado em função principalmente da dificuldade de delimitação ou caracterização das necessidades que ele pressupõe deverem ser atendidas. As críticas ao conceito são apontadas pela postura antropocentrista; pela não definição de quais necessidades e necessidades de quem devem ser priorizadas – ética intergeracional; pela desconsideração sobre mudanças tecnológicas, distribuição de recursos e qualidade; e pela falta de clareza sobre benefícios, custos e estratégias dos sacrifícios e transferências intergeracionais – ética intrageracional. [...] Foladori (2001) também faz sua análise sobre tal publicação e aponta que ela apenas ratifica a preocupação mundial em reduzir os níveis de poluição, depredação, pobreza e superpopulação sem alterar a forma social de produção, ou seja, o capitalismo.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se uma divergência latente, demonstrando de forma inequívoca que a crítica se faz necessária, não somente por expor as fraturas na categoria trabalhada, mas, primordialmente, por nos suscitar a enxergar a realidade por outro prisma, pois, veja bem, se o discurso do PDF-MA é de que ele teria a capacidade de promover o desenvolvimento sustentável, seja do ponto de vista econômico, aumentando o volume de negócios, seja do ponto de vista social, gerando emprego e elevando a renda dos trabalhadores, ou ainda do ponto de vista ambiental, estimulando as empresas participantes do programa a adotarem programas ambientais, por que em seu discurso só são enfatizados os depoimentos, sem trazer os números que sustentam tais afirmações? (HOSSOÉ, 2018).

Começa-se a partir deste ponto a descortinar um novo olhar, pois como afirma Layrargues (1997, p. 5), aprofundando o debate crítico a respeito do termo desenvolvimento sustentável, há mais de uma década sinalizava que no atual estado do desenvolvimento tecnológico, considerando suas implicações ambientais, o padrão

de consumo do primeiro mundo definitivamente é insustentável e não generalizável ao conjunto da humanidade.

Seguindo o entendimento de Freitas, Nélsis e Nunes (2012, p. 5), a crítica à concepção de desenvolvimento sustentável também está presente em Mészáros (2001, p. 8). Para o autor, o próprio “desenvolvimento” na lógica capitalista é insustentável, sendo, portanto, impossível pressupor desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, o modo de produção hegemônico e as dificuldades estruturais nele existentes; remete à possibilidade do desenvolvimento sustentável (HOSSOÉ, 2018), condicionando-a:

[...] estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2001, p. 8).

As autoras enfatizam, ainda, que:

[...] sob o ponto de vista das relações de produção capitalista é impossível qualquer modalidade de desenvolvimento sustentável, com vigência ampla e duradoura e que venha salvaguardar os recursos naturais e humanos do planeta Terra (RAMOS, 2010, p.4).

Freitas, Nélsis e Nunes (2012, p. 5) se sustentam em Mota e Silva (2009) para enfatizar a ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental e o quanto isto tem contribuído para a construção de um consenso que unifique interesses de classes antagônicas em torno da defesa do desenvolvimento sustentável. Para elas, o desenvolvimento sustentável é aquele que permite reverter a dinâmica de uso dos recursos e dos serviços ambientais, equilibrando a velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas; é a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social – faces do mesmo processo –, que apenas se realizarão quando o capitalismo for ultrapassado; e implica o respeito à natureza e à igualdade social.

Dessas explicações, pode-se capturar que o discurso do Desenvolvimento Sustentável é muito bonito, mas, posto por uma visão dialética, chega-se à conclusão de que o próprio sistema capitalista seria incapaz de implementá-lo. Essa afirmação é elaborada a partir da visão de que o próprio capitalismo ao longo da sua história se mostrou incapaz de promover igualdade social e desrespeita os ciclos ambientais,

pois sua postura individualista mostra-se francamente oposta aos ideais sociais (HOSSOÉ, 2018).

De acordo com esse pensamento, Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) nos trazem a seguinte análise:

Assim uma congruência entre os vários objetivos do DS, possível na teoria, torna-se inviável quando projetada na prática do contexto capitalista. Nesta perspectiva, fica evidente a contradição da abordagem plural e complexa de desenvolvimento proposta, acerca dos aspectos econômicos e tecnológicos da crise socioambiental. Tal constatação torna reprovável o discurso sustentável hegemônico pelo mercado por não alcançar completamente os objetivos de preservação ambiental, haja vista a diferença entre os quadros ambiental e econômico, bem como os conflitos de interesse entre os dois objetivos. Tal incompatibilidade é a tônica dos grandes fóruns ambientais internacionais promovidos pela ONU, e se expressa na dificuldade de definir compromissos e metas ambientais que representem algum tipo de restrição econômica.

Depreende-se então que, no discurso e no campo ideológico, existe uma boa vontade, no entanto, isso não é traduzido em ações. Muitas vezes esta é a realidade desde o âmbito local e mundial. Pois das diversas reuniões, conferências e acordos internacionais firmados, o que se vê na prática ainda é um mundo muito distante da realidade que se deseja. Diga-se de passagem, que os países ricos são que demonstram forte resistência a definição de metas e indicadores que possam mensurar a evolução do Desenvolvimento Sustentável (HOSSOÉ, 2018).

É por isso mesmo que Bansi, Dias e Borinelli (2012, p. 2) são enfáticos em demonstrar que as críticas que se fazem ao Desenvolvimento Sustentável são muito pertinentes, conforme o trecho abaixo:

Portanto, o que os críticos do mainstream do desenvolvimento sustentável e da crise ambiental afirmam é que as tentativas de resolução da crise ambiental desenvolvidas por muitos dos relatórios criados, por exemplo, pela ONU e pelo Banco Mundial, não são originais, mas sim, ao negligenciarem o aspecto ambiental, soam mais como planos tradicionais de desenvolvimento econômico. Em suma, os críticos discutem que, em virtude desta abordagem sobre o DS utilizar a lógica do mercado e a acumulação de capital com vistas a determinar o futuro da natureza, é constatado que ambos o desenvolvimento sustentável e a resolução da crise ambiental não serão de possível concretização em economias capitalistas. É necessário, na realidade, uma nova forma de sociedade, em que o socialismo é compreendido pelos críticos como a representante de uma alternativa viável para o alcance do desenvolvimento sustentável.

É importante salientar que a tese aqui apresentada não chega a questionar o capitalismo em si, porque a avaliação elaborada tem base na situação concreta de aplicabilidade do PDF-MA, portanto, as teorias e conceitos críticos em relação ao

Desenvolvimento Sustentável são utilizados com a finalidade de levantar questionamentos e pôr em dúvida seus preceitos (HOSSOÉ, 2018).

Nesse sentido, mesmo tendo uma postura mais moderada, entende-se que não se deve abraçar a categoria do desenvolvimento sustentável cegamente. Deve-se antes de tudo procurar compreender seus fundamentos, assim como suas limitações e contradições para que se possa ultrapassar a barreira de uma avaliação superficial e simplista, de tal forma que nossa intenção, é primeiro: verificar se minimamente, mesmo partindo do pressuposto do desenvolvimento sustentável, o PDF-MA atenderia aos seus critérios e em seguida se mesmo atendendo a esses critérios poderia entender-se que de fato ele promoveria o desenvolvimento da sociedade (HOSSOÉ, 2018).

Vale ainda levar em conta a percepção de que o Desenvolvimento Sustentável vem sendo adotado para amenizar as críticas ao capital e, diante de um posicionamento marxista até pelos diversos autores abordados, verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual conceito de Desenvolvimento Sustentável tende a neutralizar a imagem negativa do capital perante a degradação ambiental que ele supostamente provoca, dada a forte alienação entre homem e natureza intrínseca à fratura metabólica identificada por Marx e Engels (HOSSOÉ, 2018).

CONCLUSÃO

De todo o percurso trilhado no bojo desse Caderno de Pesquisa, em síntese percebemos que os temas abordados se entrelaçam, formando uma unidade, separando-se apenas por uma questão didática de exposição. Mas conseguir observar os movimentos do capitalismo mundial, tendo seus rebatimentos na economia maranhense, que basicamente ainda é pouco desenvolvida se considerarmos o aspecto industrial, e combinando isso com as noções e críticas sobre o desenvolvimento, é uma oportunidade única de refletirmos sobre como estamos e que futuro gostaríamos de construir.

Como foi trabalhado, o Estado do Maranhão é rico, se levarmos em consideração as questões naturais e de produção, no entanto, a desigualdade social

é o ponto marcante, como um Estado com tantas potencialidades tem um povo tão empobrecido e o mais integrante, como isso é persistente. O fato é que essa situação tem alguma coisa a haver com o modelo de desenvolvimento que adotamos pois é estrutural e isso está bem claro, para todos que tem a oportunidade de ler e estudar sobre o nosso Estado.

Na sequência, a olhar para o Estado do Maranhão, apenas a discussão de crescimento econômico não cabe, como vimos a toda uma construção teórica que visa descortinar a diferença entre essa primeira categoria e o desenvolvimento e suas diversas ramificações.

Com isso chegamos à categoria do desenvolvimento sustentável, visto que foi ela que foi escolhida pelos formuladores do PDF-MA para representar o que seria essa política pública, contanto, não é neutralidade na ciência e nem nas categorias, e não cabia ver apenas a visão de seus defensores, para uma avaliação mais aprofundada, tem que se levantar questionamentos, com isso vem a visão crítica.

E essa visão foi abordada, mostrando a incongruência dentro da própria categoria que embora “pregue” uma coisa a prática ou tentativa dela é muito difícil e de aplicação duvidosa. A começar pela própria avaliação do PDF-MA que supostamente seria um exemplo de ações nesse sentido mais como foi possível constar no estudo privilegia o econômico sobre as demais dimensões.

O sentido das pesquisas desenvolvidas e também desse Caderno de Pesquisa não foi esgotar os temas, mas abrir o debate, para que a partir de estudos e de uma visão qualificada, seja possível levantar mais questões relevantes, que levará as reflexões que se transformarão em proposições para mudar a realidade em que vivemos. O estudo e a pesquisa, se destinam a nobre tarefa de encontrar problemas e questões centrais em diversas dimensões do saber e avançar no campo e na área que se destinam, buscando inovações e criações que possam melhorar ou aperfeiçoar a realidade que vivemos.

Por isso mesmo, por fim, concluímos que o Estudo do PDF-MA, tentou observar a realidade sob um determinado “olhar”, fornecendo elementos para reflexão de como ele vem se desenvolvendo e quais são suas propostas, avanços e limitações, entendendo claro que de uma maneira ou de outra essa política pública tem trazido resultados ou impactos concretos na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARCANGELI, A. **O mito da terra**. Uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA, 1987.

BANSI, A. C.; DIAS, B. G.; BORINELLI, B. O mainstream do desenvolvimento sustentável: uma sistematização de suas críticas. **Faces em Revista**, ano 4, v. 4, edição especial, 2012.

CASTEL, R. As Transformações da questão social. *In*: CASTEL, R., L. E. W.; BELFIORE, W. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CIMA - COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O desafio do desenvolvimento sustentável**: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, DF: [s.n.], 1991.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORRÊA, S. C. H. **Projetos de responsabilidade social**: a nova fronteira do marketing na construção da imagem institucional. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EPIPHÂNIO, P. P. D.; ARAUJO, H. B. É o desenvolvimento sustentável, sustentável? (Uma análise crítica a toda a retórica que se tem feito em Torno do tema). **Revista Científica Eletrônica de Engenharia**, n. 11, fev. 2008.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**, v. 2, n. 1, 2008.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

GUIMARÃES, R. A Ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. *In*: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HOLANDA, F. M. de. Algumas evidências sobre a dinâmica recente da economia maranhense. *In*: **Cadernos Imesc**, São Luís: Imesc/Seplan, n. 4, mar. 2009.

HOSSOÉ, H. S. **Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Estado do Maranhão (PDF-MA): uma estratégia de sucesso?** 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

HOSSOÉ, H. S.; HOSSOÉ, C. M. P.; HOSSOÉ, H. S. Sistema de proteção social e responsabilidade social: da atenuação concreta à atenuação aparente da questão social. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., 2015, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2015.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LERIPIO, A. A.; LERIPIO, D. P. L. Cadeias Produtivas Sustentáveis. **Mix Sustentável**, v. 1, 2015.

LUCHT, H. F. **Desenvolvimento x crescimento econômico**: uma análise histórica das teorias, 2004. Disponível em: http://www.peteconomia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00020_TRABALHaO.PDF. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MELO NETO, F.P.; FROES C. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial**: a administração do terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Tradução de Paulo Maurício. Caracas: [s.n.], 2001. (Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos).

OLIVEIRA, E. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: a sustentabilidade como modelo alternativo. *In: FORUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA*, 2., 2006, Tupã. **Anais** [...]. Tupã: ANAP; Associação Amigos da Natureza, 2006.

PESSOA, E. D.; MARTINS, M. A. A dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 015-038, jul./dez. 1996.

PAULA, R. Z. A.; HOLANDA, F. M. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Heera**, v. 6, 2011.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PDF-MA, 2017. Disponível em: <http://www.fornecedoresma.com.br>. Acesso em: 7 mar., 2017.

PESSOA, E. D.; MARTINS, M. A. A dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 015-038, jul./dez. 1996.

RAMOS, M. H. R. **Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica**, 2010. Disponível em: http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=68:dese. Acesso em: 18 set. 2017.

SANTANA, R. N. N.; SOUSA, S. M. P. S. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 112-121, jan./jun. 2012.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra, 2004.

SILVA, J. B.; PASQUALETTO, A. O desenvolvimento sustentável sob a ótica dos pilares: ambiental, social e econômico. **Estudos**, Goiânia, v. 41, especial, set. 2014.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.